

Fundação Astrojildo Pereira

SEPN 509, Bloco D, Lojas 27/28, Edifício Isis – 70750-504
Fone: (61) 3224-2269 Fax: (61) 3226-9756 – contato@fundacaoastrojildo.org.br
www.fundacaoastrojildo.org.br

Presidente de Honra: **Armênio Guedes**
Presidente: **Alberto Aggio**

Política Democrática

Revista de Política e Cultura
www.politicademocratica.com.br

Conselho de Redação

Editor

Marco Antonio T. Coelho

Editor Executivo

Francisco Inácio de Almeida

Alberto Aggio
Anivaldo Miranda
Caetano E. P. Araújo
Davi Emerich
Dina Lida Kinoshita
Ferreira Gullar

George Gurgel de Oliveira
Giovanni Menegoz
Ivan Alves Filho
Luiz Sérgio Henriques
Raimundo Santos

Conselho Editorial

Ailton Benedito
Alberto Passos G. Filho
Amílcar Baiardi
Ana Amélia de Melo
Antonio Carlos Máximo
Antonio José Barbosa
Arlindo Fernandes de Oliveira
Armênio Guedes
Arthur José Poerner
Aspásia Camargo
Augusto de Franco
Bernardo Ricupero
Celso Frederico
César Benjamin
Cícero Péricles de Carvalho
Cleia Schiavo
Délio Mendes
Dimas Macedo
Diogo Tourino de Sousa
Edgar Leite Ferreira Neto
Fabrício Maciel
Fernando de la Cuadra

Fernando Perlatto
Flávio Kothe
Francisco Fausto Mato Grosso
Gilvan Cavalcanti de Melo
Hamilton Garcia
José Antonio Segatto
José Carlos Capinam
José Cláudio Barriguelli
José Monserrat Filho
Lucília Garcez
Luiz Carlos Azedo
Luiz Carlos Bresser-Pereira
Luiz Eduardo Soares
Luiz Gonzaga Beluzzo
Luiz Werneck Vianna
Marco Aurélio Nogueira
Marco Mondaini
Maria Alice Rezende
Martin César Feijó
Mércio Pereira Gomes
Michel Zaidan
Milton Lahuerta

Oscar D'Alva e Souza Filho
Othon Jambeiro
Paulo Afonso Francisco de Carvalho
Paulo Alves de Lima
Paulo Bonavides
Paulo César Nascimento
Paulo Fábio Dantas Neto
Pierre Lucena
Ricardo Cravo Albin
Ricardo Maranhão
Rubem Barboza Filho
Rudá Ricci
Sérgio Augusto de Moraes
Sérgio Besserman
Sinclair Mallet-Guy Guerra
Socorro Ferraz
Telma Lobo
Ulrich Hoffmann
Washington Bonfim
Willame Jansen
William (Billy) Mello
Zander Navarro

Copyright © 2014 by Fundação Astrojildo Pereira
ISSN 1518-7446

Obra da capa: Pintura abstrata, 1,50x1,50cm – Isaac de Oliveira

Ficha catalográfica

Política Democrática – Revista de Política e Cultura – Brasília/DF:
Fundação Astrojildo Pereira, 2014.
Nº 40, dez./2014.
200p.

CDU 32.008 (05)

Os artigos publicados em *Política Democrática* são de responsabilidade dos respectivos autores.
Podem ser livremente veiculados desde que identificada a fonte.

O emprego e os negociadores da globalização difícil

José Flávio Sombra Saraiva

O relativo baixo desemprego na economia brasileira talvez seja uma das últimas métricas que valorizam, ao lado dos programas sociais, o modelo social do capitalismo brasileiro. Apesar das dificuldades de crescimento pífio, reconhecido pelo próprio governo Dilma, bem como dos problemas fiscais que já se observam no tecido produtivo do Brasil, a expectativa de emprego, particularmente de menor valor agregado e de conhecimento sofisticado, segue positivo no país.

O Brasil foi ao último encontro dos líderes do G20 em Brisbane, na Austrália, em novembro de 2014. Levou na mala o dado salvador de baixo desemprego no país, embora se anunciem preocupações particularmente na indústria. O Brasil, embora tenha ficado bem na foto nesse quesito, não foi muito prestigiado naquela parte do mundo.

Segue o G20, o mais poderoso grupo organizado dos Estados do mundo, motor de quase 90% do PIB global. Nos seus roteiros voltados para o crescimento econômico global reuniram-se os países de capitalismo de Estado, como a China, bem como economias liberais como os Estados Unidos e a Alemanha. Mas os emergentes, com o Brasil, o México e a Turquia, também participam desse conclave da economia e de suas rezas pela retomada da economia global.

Em Brisbane, o G20 anunciou seu roteiro para os próximos encontros dos países centrais e emergentes que conformam a governança econômica mais imponente e colegiada do mundo. Desenhos e projetos proliferam ante o medo do baixo crescimento.

A Turquia receberá na cidade de Antália, em novembro de 2015, a próxima edição do encontro das grandes economias. A cidade do Mediterrâneo turco já estará envolvida no caminho do compromisso ambicioso da elevação do PIB do G20 em pelo menos 2% anualmente até 2018.

O projeto central do G20 é agregar mais de US\$ 2 trilhões à economia global, nos próximos quatro anos, o que corresponderia, em média, a um PIB brasileiro a cada ano. A geração de emprego é o coração da meta do grupo, além do desenvolvimento com crescimento inclusivo. Objetivos consonantes com os problemas de hoje, mas advindos do passado, foram lançados em Brisbane. O desemprego se mantém em grande parte dos países do G20, mas especialmente nas economias avançadas. Vi, nesses dias, em conferências em três capitais europeias, no contato com estudantes de pós-graduação de boas universidades, o receio dos jovens que não terão acesso ao emprego qualificado.

Os meios propostos pelos governantes do G20 são clássicos: reformas estruturais para estimular o crescimento do setor privado. Nada muito novo, já testado na história econômica. Em geral dá certo, por um lado, ao destravar as amarras dos investidores e remover os nós da desconfiança. Por outro lado, o estímulo competitivo por acessos pode vir a acirrar competições nem sempre administráveis em conferências internacionais.

Para o espectro das economias globalizadas e integradas às correntes agregadas de valor, da China aos Estados Unidos, da Suécia ao Chile, o velho e bom mercado pavimenta o caminho da prosperidade, como quase sempre desde a emergência do capitalismo global. O Estado é instrumento logístico, nesses casos. Buscar o crescimento via reforço da demanda e da promoção do reequilíbrio global por meio de estratégias fiscais e monetárias flexíveis e sustentáveis são receitas consagradas dos negociadores hegemônicos nas decisões do G20. Confiança e cooperação seriam os meios de política econômica da nova governança.

Só o tempo dirá se terão sucessos os caminhos das lideranças do G20. Não há garantia antecipada que o plano funcione nos próximos quatro anos. A aceleração do crescimento e da criação de empregos com qualidade ainda depende de outras variáveis importantes. E há pelo menos três entraves, no momento. Um advém da modesta capacidade de investimento do setor privado. Outro está na exaustão do comércio internacional de parte dos países emergentes, ainda amarrados às velhas *commodities*. O último expõe a baixa transparência da concorrência e o protecionismo disfarçado.

Em todo caso, vale a iniciativa do G20 no sentido da criação de um centro global de infraestrutura, com o objetivo de promover a

colaboração entre as partes. A criação de plataformas de compartilhamento de conhecimento científico e tecnológico, ao lado da articulação entre governos, bancos e setor privado, em rede internacional, pode ajudar aos líderes mundiais no novembro de 2015, quando o G20 se reunirá à margem do mar Mediterrâneo, na Anatólia turca.

Talvez na China de 2016, o G20 possa vislumbrar a evolução positiva de uma experiência de governança econômica global entre países avançados e emergentes. A literatura das Relações Internacionais, em geral, reconhece esse esforço próprio e crescente da cooperação grupal entre os mais ricos no patamar do G7 e os remediados no movimento da curva de elevação do desenvolvimento e da riqueza mundial.

O comunicado dos líderes em Brisbane foi esperançoso. Demonstram eles que a maior prioridade é elevar o padrão de vida e oferecer empregos de qualidade para todos. Embora reconheçam que a recuperação é lenta e desigual, entendem que há oportunidades para ampliar a demanda, desde que haja a superação de constrangimentos e melhore a oferta.

Para tal, os líderes do G20 tentam levantar projetos. Um dos esforços está no aumento do crescimento econômico e do investimento, do comércio e da concorrência. Entendem que isso pode gerar empregos de qualidade. Porém, reconhecem que se deve fazer mais particularmente na participação das mulheres no mercado de trabalho e melhorar a qualidade do emprego feminino. A ideia é reduzir em 24%, até 2025, o hiato das taxas de participação entre homens e mulheres no mercado de trabalho dos países do G20.

Outra área que atinge o desemprego mundial é a juventude. Consideram inaceitável os líderes do G20 que os jovens estejam ocupados seja com a educação, seja com o treinamento ou emprego. O caminho para essa gente jovem precisa incluir investimentos em aprendizagem, educação e treinamento, além de incentivos para a contratação de jovens e de estímulos ao empreendedorismo.

Sublinhou também o G20, na Austrália, o compromisso com a erradicação da pobreza e com o desenvolvimento, de forma a assegurar que ações desses países da governança global sejam eficazes. Comprometeram-se tais líderes com medidas fortes e práticas para reduzir a 5% o custo global médio de transferência de remessas e incrementar a inclusão financeira como uma prioridade. Nesse sentido, o marco da ação seria a inclusão.

Os programas de segurança alimentar e nutrição teriam força para o crescimento, por meio da promoção do investimento em sistemas de alimentos, a ajudar a expansão da renda e de empregos com qualidade.

Ao lado desses temas, o G20 da Austrália agregou um conceito fundamental: o fortalecimento das instituições globais. O G20 deve enfrentar os deságios das instituições econômicas globais que precisam trabalhar com mais eficácia, com representação adequada, além de refletir acerca da evolução da economia mundial. Compromissos com o Fundo Monetário Internacional (FMI) precisam ser reais, fortes e representativos, baseados em quotas justas e recursos adequados.

Em síntese, celebra o G20 um movimento mais ativo para aproximar os temas clássicos de financiamento e comércio internacional para os temas sociais mais amplos, no qual o emprego é um dos corações. Temas como a colaboração dos países no campo da energia é também prioridade, como bem sabemos disso no Brasil. Mercados de energia fortes e resistentes são elementos cruciais para o crescimento e a melhoria do emprego. O mesmo se pode dizer da eficiência energética necessária ao aumento das demandas oriundas do crescimento e do desenvolvimento sustentável.

Ainda levou em conta o encontro do G20 os temas climáticos, apoiando uma ação forte para o desenvolvimento sustentável e a segurança para os negócios e investimentos. Apoiou também a força legal ao abrigo da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas aplicável a todas as partes, durante a futura vigésima-primeira Conferência a realizar-se em Paris, no ano de 2015.

O problema é como tornar vivos tão ambiciosos projetos. A governança econômica e financeira não caminha sem um conjunto de valores e de uma boa dose de confiança no argumento do outro. Também supõe a governança global uma maneira de mostrar como os objetivos são alcançados.

A degradante corrupção orgânica entre governos e empresas internacionalizadas que é bem conhecida no Brasil, em Portugal, na Índia, na China, se reproduz em muitas empresas transnacionais do Sul global. A baixa transparência das empresas estatais, públicas ou privadas, no meio internacional, vem deixando envergonhada a cidadania de países como o nosso, membro do G20.

A difícil governança não é apenas um problema econômico. Ela está contaminada por processos geopolíticos e culturais dos grandes atores globais. Observemos os fatos difíceis. Os discursos da governança fácil já estão prontos. Esperamos ir à Antália, na Turquia, em novembro de 2015, com melhores notícias acerca da governança global. E, melhor ainda, nos índices de emprego, particularmente nos países centrais, mas também entre os nossos emergentes. Que o difícil arranjo desses países centrais e emergentes tenha força para reduzir as terríveis vulnerabilidades econômicas e sociais do mundo egoísta que temos. Oxalá!